

O ovo da serpente eclode na Caixa de Pandora

ANTÔNIO FERREIRA COUTO FILHO

A Saúde agoniza no Brasil, mas a esperança é a última que morre. Em 1999, portanto há pouco mais de cinco anos, escrevamos um artigo, intitulado "O Ovo da Serpente", cujo conteúdo tinha a proposta de alertar a sociedade brasileira em geral, para os riscos de se copiar o modelo norte-americano, no que pertine ao estabelecimento da iníqua "indústria do dano". Na ocasião, sinalizamos que médicos e hospitais, públicos e privados, estariam à mercê de uma avalanche de processos judiciais, dizimando a relação médico-paciente e desnudando a ineficácia do Direito Constitucional como garantidor da saúde de todos os cidadãos. Lamentavelmente, nossa previsão se concretizou, o caos está estabelecido e o ovo da serpente eclode na Caixa de Pandora.

Somos o 124º lugar em qualidade de saúde segundo o ranking da OMS. O numerário que usamos anualmente, para fazer face às despesas públicas com saúde, não estão comprometidos com nenhum dado de realidade e se constata o mais absoluto primor de desfaçatez. Segundo estatísticas da Abramge/Fenaseg, são gastos 31 bilhões de reais para cuidar de 35 milhões de segurados, enquanto todo o SUS, para suprir o direito à saúde de mais de 145 milhões de brasileiros, gasta quase a mesma quantia.

Fácil concluir que o assunto não se prende a esse ou aquele governo ou mesmo partidos políticos, a questão é muito mais grave. Durante décadas, não cumprimos o mandamento constitucional na direção de prover a saúde da

população brasileira e, por total falta de eticidade, nós, os brasileiros, fingimos que esse lugar de 124º nos cabe.

Dentro desse universo, outras questões se mostram complexas e de difícil normatização, como é o recente caso dos reajustes em planos de saúde. O governo tenta regular o mercado através de intervenções no domínio econômico, desagradando a gregos e troianos, unicamente pelo hiato de regras éticas e que fogem dos casuísmos e paternalismos a que estamos habituados. Por um lado, as seguradoras de saúde precisam cumprir seus anseios sociais e realizarem seus lucros com o menor custo. De outro, os

Neto, na obra *Culpa Médica e Ônus da Prova* – editora RT, onde afirma que 80% das ações promovidas contra médicos são julgadas improcedentes.

Destarte, questões outras, como tabelas defasadas de honorários médicos, credenciamentos e descredenciamentos de médicos junto aos planos de saúde, melhor distribuição de médicos no interior do País, entre tantas outras constituem a Caixa de Pandora. E nenhum mal nos tomará inteiramente desgraçados uma vez que a jóia mais preciosa está mantida dentro desta caixa e sobreviveu à curiosidade de Pandora, qual seja a ESPERANÇA.

"Durante décadas, não cumprimos o mandamento constitucional na direção de prover a saúde da população brasileira e, por total falta de eticidade, nós, os brasileiros, fingimos que esse lugar de 124º nos cabe"

indivíduos devem pagar um justo preço por um serviço de qualidade, exatamente por ser no campo da saúde suplementar.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, "casuista e paternalista por excelência", defendido, entendido e exaltado por todos nós enquanto consumidores e subsumidos ao poderio econômico, quando aplicado na relação médico-paciente, tem se mostrado excessivamente rigoroso e provocado a "indústria do dano", segundo os dados estatísticos do magistrado Miguel Kfour

O início da constituição de uma Comissão mista dentro da Frente Parlamentar de Saúde, formada por médicos, advogados e parlamentares, se faz necessária para parametrar e definitivamente estabelecer lugar de destaque para o seguimento Saúde através do pretendido Código Nacional de Saúde.

Antônio Ferreira Couto Filho
Presidente da Comissão de Biodireito
do IAB - Instituto de Advogados Brasileiros e
autor do livro *Instituições de Direito Médico*